

Introdução à Escolha Pública: uma abordagem (bastante) subjetiva, (muito) pessoal e (creio eu) bem auto-interessada

Versão 1.0 (2018~2020)


Por Cláudio D. Shikida¹

Resumo

Há anos venho pensando em uma forma didática de ensinar conceitos básicos de Escolha Pública (*Public Choice*). Daí surgiu esta apostila. Elaborei-a pensando no estudante do primeiro ano de um curso universitário. Claro, o pré-requisito é que ele goste de histórias em quadrinhos, já que o fio condutor do texto é o mercado de quadrinhos (aqui e nos EUA). Cada seção enfatiza alguns conceitos utilizados nas análises de Escolha Pública de forma bem simples. Minha inspiração para este texto veio da minha série de leituras feitas para o YouTube sob o título de “A Economia Política dos Gibis” em 2013² que não tinha público-alvo ou qualquer objetivo senão o de compartilhar minhas impressões sobre como o mundo dos gibis poderia ser visto sob a ótica da Escolha Pública. Críticas e comentário são mais que bem-vindos³.

¹ <http://cdshikida.net> .

² <https://www.youtube.com/playlist?list=PLoWVD1UHkC-wYWoYxe4eGvrPy2lek07uC>.

³  This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Contents

0. Ou leio o resto, ou largo tudo.....	3
1. A Turma da Mônica e a Reserva de Mercado.....	4
2. Capitão América e os bens públicos.....	10
3. Distribuição de revistas da Marvel e as rendas do monopólio.....	14
4. Roberto Marinho e a proibição de distribuição de prêmios em dinheiro.....	18
5. Capitão América, Homem Aranha, Didi, Dedé, Mussum e Zacarias e os direitos de propriedade.....	21
6. O que o nióbio e o papel têm em comum?.....	24
7. Quando Católicos e Editores se unem para não te deixarem ler as histórias do Capitão América.....	27
8. O Trapalhão e o Barão de Itararé: a censura como oportunidade...para a liberdade ..	31
9. Burocracia e (Des)regulação: trapalhadas que fazem sentido.....	34
10. Vai incendiar? Avise-me antes! Eu te pago!.....	38

0. Ou leio o resto, ou largo tudo

Uma reflexão será feita nestas lições. Uma reflexão que tem como fundamento principal o conceito que se esconde nesta bela poesia de Cecília Meireles chamada *Ou isto ou aquilo*. Leia com calma e se inspire.

Ou isto ou aquilo

*Ou se tem chuva e não se tem sol
ou se tem sol e não se tem chuva!*

*Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!*

*Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.*

*É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo em dois lugares!*

*Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.*

*Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo . . .
e vivo escolhendo o dia inteiro!*

*Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranqüilo.*

*Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.*

Bem-vindo ao nosso curso.

Conceitos vistos

Custo de Oportunidade

Referências Bibliográficas da aula 0

Meireles, Cecília. *Ou isto ou aquilo*. Global, 2012 [original de 1964]

1. A Turma da Mônica e a Reserva de Mercado

Quando lemos o capítulo 11 de *Maurício – A história que não está no gibi* [Primeira Pessoa, 2017], deparamo-nos com um evento interessante, mas talvez não tão conhecido, da história da cultura brasileira. A palavra-chave é “Adesp” que significa Associação de Desenhistas de São Paulo e o momento histórico são os turbulentos anos 60.

A Adesp pode parecer um assunto interessante apenas a especialistas sobre histórias em quadrinhos no Brasil, mas a narrativa da autobiografia de Maurício de Sousa nos fornece um primeiro e rico exemplo para nosso estudo da Escolha Pública.

Por que alguns desenhistas deixariam de trabalhar para investir parte de seu tempo na criação e manutenção de um sindicato de desenhistas? Bem, isso somente ocorre se a oportunidade de se investir neste empreendimento coletivo tiver um custo menor do que a melhor alternativa possível. É o que chamamos de *custo de oportunidade*. Veja bem o termo: custo-de-oportunidade. Em outras palavras, há uma oportunidade e ela tem um custo. Mais importante ainda, a comparação só faz sentido com oportunidades igualmente “boas”.

Pense em um desenhista que possa participar de um sindicato, desenhar, deixar de comer um cachorro quente (que ele odeia) e que não possa (isso mesmo: não possa) viajar para Paris. Fica óbvio que deixar de comer um cachorro quente será uma escolha óbvia. Como ele não gosta de cachorro quente, a comparação é trivial. Por outro lado, se ele não pode viajar para Paris, não há sentido em comparar esta opção com nenhuma das outras três.

A decisão, de fato, concentra-se entre desenhar e participar de um sindicato. Ali existe um dilema que chamamos, em linguagem técnica, de *tradeoff*, *trade-off* ou, em tradução mais ou menos consagrada, “dilema”⁴.

Seguindo com a narrativa de Maurício de Sousa, parece óbvio que o dilema seja este. Ele relata que existia uma situação, no mercado editorial, em que o pagamento de direitos de publicação de quadrinhos estrangeiros era bem menor do que o que se pagava para desenhistas nacionais. Em outras palavras: o quadrinho nacional era relativamente mais caro do que o quadrinho estrangeiro. Mais ainda, em sua lembrança, Maurício nos diz que “(...) 95% das historinhas publicadas eram estrangeiras (...)”⁵. Em

⁴ Uma forma poética de se entender o *custo de oportunidade* e os dilemas que ele implica é ler o poema *Ou isto ou aquilo* de Cecília Meireles.

⁵ P.73.

outras palavras, existia uma clara oportunidade para quem quisesse se dedicar a um empreendimento de *ação coletiva* como um sindicato. A demanda potencial vem, obviamente, dos desenhistas que percebiam a concorrência estrangeira como uma ameaça efetiva ao seu desejo de auferir um rendimento maior.

Outro trecho interessante do capítulo é quando Maurício deixa clara a importância de um fator que diminuía seu custo de se dedicar, inicialmente, à Adesp: o tempo. “Eu era jovem, empolgado, tinha tempo livre, paixão pela causa e também certa influência e bons contatos por ser jornalista”.⁶

O custo de oportunidade do tempo é, talvez, um dos mais importantes para toda e qualquer decisão que tomamos, seja para nossos empreendimentos individuais ou coletivos. Não é difícil perceber também que este custo é essencialmente *subjetivo*, o que significa, em linguagem mais técnica, que é um custo que é percebido pelo indivíduo.

Um exemplo é pensar no custo total que enfrento ao decidir se vou a uma barbearia a dois quarteirões de minha casa ou se vou à outra que se encontra a três quarteirões. Digamos que o corte de cabelo em qualquer uma delas seja igualmente aceitável, mas suponha que a barbearia mais próxima cobra R\$ 20,00 pelo corte enquanto a outra cobra R\$ 15,00. Digamos que ao sair de casa para cortar meu cabelo eu deixe de produzir alguma pesquisa que eu precifique em R\$ 1,00 o minuto e que eu leve 10 minutos para me dirigir até a barbearia mais próxima e 15 minutos para a mais distante.

O custo de cortar cabelo, portanto, é de R\$ 30,00 em qualquer caso. O custo *explícito* é de R\$ 30,00 em um caso e R\$ 15,00 no outro. Entretanto, o custo *implícito* é de R\$ 10,00 em um caso e R\$ 15,00 em outro. Não podendo mudar o preço tabelado pelas barbearias, provavelmente, eu ganharia mais economizando em meu tempo, cortando o cabelo na barbearia mais próxima.

Este exemplo nos mostra que o custo de oportunidade possui um componente implícito e um componente explícito sendo, o primeiro, claramente, fruto de minha valoração subjetiva⁷.

Voltemos à história do envolvimento de Maurício de Sousa com a Adesp. Segundo o autor, inicialmente, ainda na administração de Jânio Quadros, o ambiente político

⁶ P.73.

⁷ Perceba que podemos subestimar ou sobreestimar o valor que imputamos ao nosso tempo, mas erros de cálculos neste sentido podem nos custar caro. Por exemplo, se eu sair por aí cobrando R\$ 2000,00 a minha hora de pesquisa, provavelmente morrerei (de causas naturais, espero) sem encontrar quem me pague.

parecia favorável às ideias defendidas pela Adesp, uma das quais, por exemplo, era a imposição de cotas para quadrinhos nacionais nos jornais⁸.

A renúncia de Jânio trouxe consigo a instabilidade política já estudada e relatada em milhares de dissertações, teses ou mesmo livros-texto de história do Brasil. Em meio a esta instabilidade estiveram, por exemplo, Leonel Brizola e seus seguidores cuja proposta a Maurício de Sousa – de politizar seus personagens – somada às pressões que ele sofria por conta de seu empregador, a *Folha de São Paulo*, teria causado seu afastamento da Adesp⁹.

O leitor pode ter tido a impressão errônea de que investir em uma atividade pessoal como desenhar ou em uma atividade *coletiva* como a Adesp dizem respeito a uma equivalência absoluta por conta da breve discussão sobre o custo de oportunidade.

Bem, não é assim. Embora o custo de oportunidade seja importante em qualquer discussão acerca da tomada de decisões, é fato que ações coletivas possuem características distintivas que as diferenciam das decisões essencialmente privadas.

A criatividade de Maurício de Sousa, a mesma que gerou a turminha provavelmente mais popular entre as crianças brasileiras, é um talento único, um fator de produção (ou um insumo, para os mais acostumados com a linguagem técnica) que lhe rendeu – e ainda lhe rende – ganhos significativos¹⁰. Já seu envolvimento com a Adesp poderia lhe ajudar a melhorar seu posicionamento no mercado de quadrinhos, mas por meio de decisões que ele não poderia tomar sozinho.

Tome-se, por exemplo, a questão das cotas que a Adesp propugnava para os desenhistas brasileiros. Segundo Maurício, enquanto alguns se satisfaziam com algo em torno de 50% entre desenhistas nacionais e quadrinhos estrangeiros, existiam os que desejavam uma preponderância maior da produção doméstica. Quem decidiria o percentual a ser levado à votação?

Uma visão mais romântica das decisões tomadas pelos políticos diria que o percentual de cotas será decidido por um processo “democrático” que levará em conta os desejos de todos os membros da Adesp. Teoricamente, isso diz respeito ao que os economistas chamam de *função de bem-estar social*. Neste exemplo, o “social” diz respeito a alguma

⁸ Voltaremos às cotas (no sentido de reserva de mercado) em outra lição.

⁹ “A lição definitiva veio na presidência da Adesp, que me fez perder o emprego na Folha e ser banido na imprensa. No futuro, sobretudo a partir de 1964, os críticos diriam que os personagens da turminha eram alienados, que o mundo podia cair que eles não assumiriam posições. Sim, é isso mesmo. Eles são crianças, não fantoches ideológicos”. [Souza (2017), 77]

¹⁰ Voltaremos a discutir sobre esta “renda” em outra lição.

forma de agregação de preferências dos membros da Adesp e a pergunta é: como construiríamos esta função?

Imaginemos um exemplo envolvendo três personagens presentes nas memórias de Maurício: o próprio, Júlio Shimamoto e José Geraldo. Suponha que cada um deles tem preferências distintas com relação ao valor da cota para desenhistas brasileiros. No exemplo, imaginamos que estão sobre a mesa três distintas propostas de cotas para os desenhistas nacionais: 30%, 50% e 70%.

No quadro a seguir, as preferências de cada desenhista foram ordenadas da mais para a menos preferida. Assim, a primeira coluna do quadro, relativa ao criador da simpática turminha nos diz que ele prefere que a cota seja de 50%. Sua segunda opção é que seja de 70% e, finalmente, para ele, a pior opção é a de que seja de apenas 30%. Geraldo já é um sujeito mais “tudo ou nada” e prefere que a cota seja de 70%. Em segundo lugar, ele prefere que seja de apenas 30%. Sua última opção é a de que a cota seja de 50%. A análise para Shimamoto é similar e fica a cargo do leitor.

Maurício - M	Geraldo - G	Shimamoto - S
50%	70%	30%
70%	30%	50%
30%	50%	70%

Existiria alguma proposta de cota que fosse consensual para os três? É divertido pensar na tomada de decisão entre os desenhistas. Como são três, vejamos um mecanismo de decisão que envolva cada par e, ao final, adotemos a *regra de maioria simples* para tomar a decisão sobre que cota propor aos políticos.

Primeiro, considere Maurício e Geraldo. Está claro que 50% é uma proposta extremamente boa para Maurício, mas péssima para Geraldo. Descartando-a, ambos percebem que preferem 70% a 30% e, portanto, escolhem a cota de 70%. Agora imagine a negociação entre Maurício e Shimamoto. Raciocínio similar nos leva ao descarta de 30% e à escolha de 50%. Finalmente, Geraldo e Shimamoto, negociando entre si, descartarão a cota de 70% e escolherão 30%.

De forma esquemática, temos:

(M, G) → 70%

(M, S) → 50%

(G, S) → 30%

Em outras palavras, caso tentemos aplicar uma *regra de maioria simples* entre as três escolhas dos três pares, terminaremos sem resultado algum. A construção do consenso (que economistas chamariam de *função de bem-estar social*) entre Maurício, Geraldo e Shimamoto não foi possível neste exemplo.

Isso aconteceu por maldade? Por má vontade? Por “deformação de caráter”¹¹? Não. Simplesmente não foi possível obter um consenso aplicando-se uma regra decisória que, para todos nós, é vista como um expediente bastante democrático¹².

Entretanto, no mundo real, alguma cota será levada à apreciação dos políticos. Em nosso exemplo, isso significa que alguém terá que escolher uma das propostas e impô-la aos demais. Tecnicamente, alguém terá que *ditatorialmente* escolher uma das propostas. Outra forma de pensar isso é dizer que aquele que detiver o *poder de agenda* escolherá uma das propostas. Podemos imaginar que Maurício, como presidente da Adesp, seja este *ditador* e, arbitrariamente, imponha que a cota seja 50%.

Perturbador? Talvez. Mas este é apenas o início de nossa jornada panorâmica pelos princípios da Escolha Pública¹³.

Conceitos vistos

Ação Coletiva

Custo de Oportunidade

Função de Bem-Estar Social

Teorema de Impossibilidade de Arrow

¹¹ Não faço ideia do que seja isso, mas vejo o uso deste argumento esotérico com muita frequência nas redes sociais. Sempre me vem a cabeça algo como uma deformação anatômica e estudos sobre tamanhos de crânios na era pré-fascista da saudosa Europa...

¹² Este exemplo é um clássico nos livros-textos, sempre ilustrando o chamado *Teorema de (Im)possibilidade de Arrow*. Para detalhes, ver a bibliografia citada. A “impossibilidade” diz respeito ao fato de não encontrarmos um consenso para a decisão social (ou seja, do grupo de três desenhistas) usando poucas hipóteses e uma regra simples. Uma forma provocativa de se enunciar o resultado em público (e ganhar comentários mal-educados) é dizer que o exemplo mostra que *a democracia é ineficiente*.

¹³ A propósito, Maurício de Souza relata um curioso caso no final do capítulo. Após se afastar da Adesp ele recebe uma ligação telefônica de um anônimo pressionando-o para se juntar à facção gaúcha (patrocinada por Leonel Brizola) do movimento. Com as repetidas recusas de Maurício, a voz do outro lado da linha foi enfática: “- Veja, Mauricio, acredito que reconsiderar sua posição seja uma decisão mais sábia. Caso contrário, estará por sua conta e risco. Já imaginou se você está andando na rua e sofre um acidente? Se quebra o braço ou machuca a mão de um jeito que você não vai conseguir desenhar nunca mais?”. [p.78]

Referências Bibliográficas da aula 1

Sousa, Mauricio de. *Mauricio de Sousa*. Rio de Janeiro, Primeira Pessoa, 2017, cap.11.

2. Capitão América e os bens públicos

Na história da Marvel Comics – magistralmente narrada por Sean Howe em *Marvel Comics: a história secreta* – há vários episódios interessantes e polêmicos, envolvendo diversos tópicos que bem poderiam ser a base de um curso inteiro de Economia ou de Escolha Pública. Considere, por exemplo, este trecho.

Depois que um submarino alemão afundou dois navios-tanque perto de Long Island, em 1942, Martin Goodman virou vigilante de defesa aérea, patrulhando as vizinhanças próximas a Woodmere, garantindo que os moradores mantivessem as janelas fechadas à noite para que não houvesse luz visível do oceano. Sempre que contornava a Baía Hewlett, Goodman e o filho Iden paravam em cada banca para garantir que os produtos Timely estivessem bem expostos. Goodman não estava apenas protegendo a América – também estava cuidando de seu *Capitão América*. [Howe (2013), 33]

Parece óbvio que Goodman – figurão da *Timely* (precursora da *Marvel Comics*) – queira proteger seus interesses, mas é engraçado como ele o faz, aproveitando-se do tempo em que se dedica à sua obrigação com o governo dos EUA que é o de ajudar a fornecer um bem importante, a chamada *defesa nacional*.

A bem da verdade, este trecho mostra algo mais interessante ainda: a dificuldade de se monitorar as ações de Goodman gera um incentivo para que ele possa dedicar parte de seu tempo e esforço na proteção de seus próprios interesses. Quanto de atenção e tempo Goodman e seu filho dedicavam à patriótica vigilância e à auto-interessada checagem das bancas é algo que jamais saberemos.

Defender a vizinhança ou os próprios negócios? Esta diferenciação nos leva também a outros conceitos importantes no estudo da ação coletiva, vale dizer, os de *bem público*, *bem privado* e suas variantes. Especificamente, um bem é *mais ou menos* público conforme duas propriedades que lhe são inerentes: a rivalidade e a excludência (ou excludabilidade). Um exemplo simples é-nos dado por Mankiw, em seu livro-texto introdutório e reproduzido a seguir.

		Rival	
		Sim	Não
Excludente	Sim	Estrada com pedágio e congestionada (Bem privado)	Estrada com pedágio e vazia (Bem de clube)
	Não	Estrada sem pedágio e congestionada (Bem de uso comum)	Estrada sem pedágio e vazia (Bem público)

Fonte: Adaptado de Mankiw (2014).

A primeira propriedade do bem é a da rivalidade no consumo. Digamos que Stan Lee e Jack Kirby sejam nossos personagens e digamos que Stan tem um relógio de pulso. Jack lhe pergunta as horas e Stan, impedindo a visão de Jack, diz-lhe as horas. Situação distinta ocorre se Stan e Jack estão na 5th Avenue, em New York, defronte a um painel gigante com um relógio digital. No primeiro caso, o consumo da informação sobre horas é rival e, no outro, não há rivalidade.

O leitor pode usar a tabela anterior para verificar que dirigir em uma estrada congestionada é bem diferente de fazê-lo em uma estrada vazia e que, mais ainda, o exemplo dos relógios é outra manifestação do mesmo fenômeno.

Agora, outra característica dos bens (e serviços) é a excludência. Uma catraca no metrô de New York impede Stan ou Jack de usarem os serviços do metrô caso eles não tenham comprado o bilhete. Novamente, observando o nosso quadro, estradas com pedágio são diferentes de estradas sem pedágio em exemplo similar.

Até aqui você já percebeu que há uma infinidade de possibilidades. Por exemplo, mudanças tecnológicas e também mudanças nas instituições¹⁴ podem transformar a mesma estrada de um bem privado em um bem público (e vice-versa). O exemplo dos programas de televisão no Brasil é ilustrativo. Passamos de um modelo em que bens privados (programas de TV) eram financiados apenas com *males públicos* (propaganda)¹⁵

¹⁴ A definição de “instituições” também será detalhada posteriormente. Novamente, não se trata de uma definição legal. Uso a definição de Douglass North que a usava para se referir às *regras do jogo*. Por exemplo, no caso em questão, pode-se pensar nas leis que governam o uso de estradas, principalmente no que diz respeito à sua gestão.

¹⁵ Conceitos como os de “mal público”, “mal privado” são similares aos seus respectivos antônimos. A diferença está no impacto que causam. Por exemplo, ninguém gosta de propaganda no meio de um filme (não é à toa que a lógica de um filme no cinema é diferente da que opera quando o mesmo filme é transmitido pela TV...), o que a torna (a propaganda) um mal público. Um mal privado, para mim, é um prato cheio de quiabo (embora isso possa não valer para o leitor...).

para um no qual programas de TV podem ser vendidos em pacotes de canais e cobrados separadamente (ainda que se tenha a propaganda...).

Do ponto de vista da Escolha Pública, lembre-se, estamos preocupados com problemas de ação coletiva. Em princípio, com exceção dos bens privados, todos os outros estão, de um jeito ou de outro, ligados a estes problemas.

O bem de clube – até por ser alvo da *teoria econômica dos clubes* – de James Buchanan, é um tema a ser estudado. Desde alianças entre países (como a NATO) até problemas de grupos terroristas, a aplicação do conceito de bens de clubes no entendimento de problemas de ação coletiva é rico¹⁶.

Bens de uso comum são famosos por estarem no centro da chamada *tragédia dos comuns*, tópico essencial para quem queira estudar a extinção de espécies ou a ineficácia da política monetária em países em que não existem direitos de propriedade bem definidos sobre a mesma¹⁷.

Finalmente, bens públicos talvez sejam os exemplos mais comuns nos problemas de ação coletiva. O ponto mais interessante, neste caso, parece ser o da desvinculação dos custos e benefícios associados a este tipo de bem. É muito comum observarmos, no mundo real, a busca, por grupos de pressão, da concentração dos benefícios derivados do bem, simultaneamente à dispersão dos seus custos (pense na Letônia de Doutor Destino, por exemplo).

Voltando ao início desta lição, lembremo-nos da situação de Goodman, obrigado a cumprir uma função pública (ajudando, inclusive, a fornecer um bem público) que, percebendo a oportunidade, dedicou-se também a proteger seus próprios interesses. Será esta uma situação comum?

Conceitos Vistos

Bem de clube

Bem de uso comum

Bem público

Bem privado

Excludência

Rivalidade

¹⁶ Talvez, no espírito desta lição, pudéssemos falar dos Vingadores...

¹⁷ Sim, você pode pensar em autonomia do Banco Central como um exemplo.

Teoria Econômica dos Clubes
Tragédia dos Comuns

Referências Bibliográficas da Aula 2

Howe, Sean. *Marvel Comics: a história secreta*, LeYa, 2013.
Mankiw, N.G. *Princípios de Microeconomia*. Cengage, 2014.

Para reflexão

O Capitão América nos remete ao conceito de herói e, geralmente, pensamos em heróis como aqueles que fazem algo que não precisariam fazer. Por exemplo, combater nazistas. Qual o benefício de se fazer isso? Qual o custo? Perceba que as perguntas nos impõem uma sutil diferenciação: benefícios (e custos) privados e sociais.

Individualmente, Steve Rogers poderia ficar em casa, longe da guerra, mesmo após ter tomado o *soro do Super Soldado*. Em termos privados, seria a melhor escolha. Mas não é assim que a história do Capitão América se desenrola e os benefícios, para a sociedade, de se ter o Capitão atuando contra os nazistas são claramente maiores do que os custos sociais (pelo menos é o que pensamos, a despeito de algumas paredes ou carros destruídos).

Blomberg, Hess & Raviv (2009)¹⁸, usando um modelo simples de escolha racional, mostram que, sem um subsídio governamental à atividade heroica, não há heroísmo. Seu modelo, contudo, não considera a possibilidade de pessoas com poderes sobre-humanos como Superman, Capitão América ou os X-Men. Um exercício interessante seria modificar o modelo dos autores para incluir esta possibilidade.

¹⁸ Blomberg, S.B., Hess, G.D. & Raviv, Y. Where have all heroes gone? A rational-choice perspective on heroism. *Public Choice*, 2009, v.141, p.509-522.

3. Distribuição de revistas da Marvel e as rendas do monopólio

Como prometi em algum momento da lição 1, volto à questão das rendas. O que seriam estas rendas? Por que tantos falam de *rent-seeking* (literalmente: “busca de renda”, “caça à renda”)? Qual a diferença entre “renda” e “lucro”? A busca de renda é sempre um problema para a sociedade? Tentarei esclarecer este tema em duas lições. Nesta, veremos o caso em que não há interferência do governo em todo o processo.

Considere novamente outro momento da história da *Marvel Comics*, lá nos anos 70, narrado em Howe (2013), capítulo 9. O contexto da discussão diz respeito à distribuição de revistas da *Marvel* e da sua concorrente, a *DC Comics*. O mercado de quadrinhos, nos EUA, encontrava-se em situação não muito favorável, com as vendas em baixa.

Nosso cenário tem também um ator importante: Phil Seuling. O sr. Seuling é um exemplo de empreendedor. Começou a carreira como professor do colegial, mas, como nos descreve o autor, ficou rico mesmo com a distribuição de revistas das duas editoras. Para se ter uma ideia:

“Phil Seuling (...) comprava diretamente da Marvel e da DC a descontos de 60% (...) abastecia mais de trezentas lojas de quadrinhos (...). Outros lojistas seguiram a deixa de comprar direto das editoras a baixo custo, mas ninguém conseguia condições tão favoráveis quanto às de Seuling”. [Howe (2013), p. 230]

Obviamente, em um mercado com livre entrada e saída para empreendedores, você imagina que uma situação como esta não duraria para sempre. O próprio trecho insinua o que está por vir. Sim, um distribuidor entrou na Justiça queixando-se de monopólio na distribuição criado pelas editoras (e pelo sr. Seuling). Antes de seguir em frente, vamos aproveitar para entender o que é a tal *renda econômica* e como ela se relaciona com este caso.

Em nossa história, percebemos que existem alguns distribuidores de revistas atuando no mercado. No curto prazo, este número de distribuidores é fixo. Em linguagem técnica, de economista, aliás, dizemos que o que define o termo *curto prazo* é a existência de ao menos um fator de produção fixo.

Não é difícil entender, portanto, que *longo prazo* e *curto prazo* são conceitos bem diferentes do que os que usamos no dia-a-dia. Em nosso exemplo, suponha (uma simplificação heroica...) que só existam dois fatores de produção na indústria de quadrinhos: os distribuidores de revistas e os desenhistas/roteiristas. Digamos que os

últimos podem ser empregados e demitidos muito mais rapidamente do que os primeiros. Teríamos, então, que os primeiros seriam o *fator fixo* (e o gasto com eles, portanto, são os *custos fixos*) enquanto os desenhistas/roteiristas representariam os *fatores variáveis* (analogamente...*custos variáveis*).

Em Economia existe uma percepção *quase* geral de que, em qualquer mercado, no longo prazo, todos os fatores se ajustam de forma a que a produção ocorra no custo mínimo (o que é o mesmo de dizer que a produção ocorra sob lucro máximo).

Em termos do exemplo, estamos dizendo que se há um distribuidor, como o sr. Seuling, lucrando mais do que outros, em um mercado com livre entrada e saída, novos distribuidores entrarão no mercado apertando a margem de lucro do sr. Seuling forçando-a para baixo.

Note que eu disse que se trata de uma percepção *quase* geral. Por quê? Porque, como nos explicam os livros de Microeconomia¹⁹, existem algumas situações em que os fatores fixos ficam realmente fixos, mesmo no longo prazo. Dois exemplos simples são: a quantidade de petróleo disponível no planeta o talento.

No primeiro caso, mesmo a livre entrada de novos produtores de petróleo pode não ser uma força importante se todo o petróleo disponível já estiver alocado entre os produtores atuais. Aliás, não é à toa que a descoberta de algum novo lençol petrolífero é tão divulgada...

No segundo, pense, por exemplo, em Jack Kirby: seu talento para desenhos e criações de super-heróis é dificilmente copiável ou replicável. Ou pense em termos de futebol e aí temos Cristiano Ronaldo ou Messi, para citar alguns exemplos de como o talento é uma barreira “natural” de mercado nestes casos.

Resumindo, é verdade que as forças de mercado podem achatar margens de lucro, mas também é verdade que rendas econômicas podem perdurar por algum tempo acima do esperado em alguns mercados. A *renda econômica*, portanto, é a renda do fator fixo derivada de sua *fixidez*, por assim dizer, natural, nos exemplos acima.

Perceba a diferença sutil entre *renda econômica* e *lucro*. O lucro é a diferença entre a receita total e os custos totais, sendo que estes últimos incluem todos os custos variáveis e fixos. A livre entrada e saída de firmas no longo prazo faz com que o lucro econômico seja igual a zero. Caso isso não ocorra, então há algum fator fixo sendo remunerado, ou seja, existe *renda econômica*.

¹⁹ Por exemplo, Varian (2012), cap.22.

Mas é claro que alguns podem perceber neste fato uma oportunidade. Um político pode buscar alterar marcos institucionais de um mercado para torná-lo limitado em termos do número de concorrentes, criando, *artificialmente*, uma renda econômica que, portanto, passa a ser cobiçada por diversos empreendedores. Voltaremos a este exemplo posteriormente.

No caso da distribuição das revistas em quadrinhos, como visto, tínhamos o sr. Seuling em posição vantajosa. Não havia intervenção do governo e Seuling, pode ser dito, desfrutava de uma renda econômica derivada de seu talento em negociar com as editoras. Como vimos, a reação da concorrência veio na forma de um processo legal.

O mais interessante do funcionamento dos mercados talvez sejam os incentivos que situações como esta geram. Eis que um novo personagem surge: Chuck Rozanski, um proprietário de uma loja de quadrinhos.

O sr. Rozanski escreve uma carta à Marvel (com cópias para outros donos de lojas) apontando que seria do interesse de todos que:

“A editora estava perdendo uma grande oportunidade de negócios (...) ao recusar-se a oferecer a outros revendedores o mesmo acordo que tinha com Seuling, cuja exigência de pagamento adiantado desencorajava encomendas de grande volume. Rozanski destacou que as vendas de toda a indústria de quadrinhos haviam caído mais de 50% nos últimos vinte anos e que os donos das lojas de quadrinhos deveriam ser os maiores aliados das editoras”. [Howe (2013), p.231]

No caso da distribuição de quadrinhos, percebe-se, a renda econômica não duraria para sempre. Rozanski conseguiu mudar a estratégia da *Marvel Comics* que, alerta à queda de vendas, tentou um novo produto que os leitores logo conheceriam como *graphic novels*.

Suspeito que o leitor já pensou na recente – e ainda em andamento – polêmica da disputa entre táxis e Uber. Sim, é similar. Bem, esta história pode terminar aqui²⁰, mas ficamos ainda sem saber muito sobre como as rendas econômicas se relacionam com a política. Veremos isso na próxima lição.

²⁰ O mundo das artes é repleto de exemplos similares. Veja, por exemplo, o caso do cinema japonês do início do século XX. Inicialmente mudos, cria-se uma profissão que poderíamos chamar de narradores (*benshi*) que, claro, com o tempo, passou a ser uma profissão da qual se exigia certificação para seu exercício. Não é que a inovação tecnológica de sonorização dos filmes (e a introdução de legendas) foi de encontro à oposição dos *benshi*? Quem nos narra esta história é Novielli (2007), cap.1.

Conceitos Vistos

Custos fixos

Custos variáveis

Renda econômica

Rent-seeking

Referências Bibliográficas da Aula 3

Howe, Sean. *Marvel Comics: a história secreta*, LeYa, 2013.

Novielli, M.R. *História do cinema japonês*. Editora Universidade de Brasília, 2007.

Varian, Hal R. *Microeconomia – uma abordagem moderna*. Campus, 2012. (tradução da 8ª edição).

Para Reflexão

Um dos casos mais pitorescos de *rent-seeking* é contado em Figueiredo (2012)²¹. Nele, o jornal carioca dirigido pelo pai de Nelson Rodrigues, Mário Rodrigues, estava em dificuldades financeiras e, assim, ele e mais uma trupe de empregados – incluindo o lendário Barão de Itararé – vão a Minas Gerais pedir verbas para o governador, Mello Viana. Vendiam a ideia de que o jornal seria útil ao potencial candidato à presidência.

Na divertida narrativa do autor, descobre-se que Mário e seus amigos conseguem os recursos não uma ou duas, mas três vezes. O motivo deste curioso triplo sucesso foi o de que, a cada sucesso, o grupo se embebedava e gastava tudo no cassino.

É talvez o caso de *rent-seeking* mais engraçado da história brasileira²².

²¹ Figueiredo, Cláudio. *Entre sem bater – a vida de Apparício Torelly, o Barão de Itararé*. Casa da Palavra, 2012, p.118-121.

²² Eis minha proposta de trabalho para esta lição: ligue sua câmera, chame seus amigos e encene este épico (arrume-lhe o livro) como se fosse uma vídeo-aula sobre *rent-seeking*.

4. Roberto Marinho e a proibição de distribuição de prêmios em dinheiro

Na última lição aproveitamos um episódio na vida da Marvel Comics para definir *renda econômica* e insinuamos que a mesma pode ser artificialmente criada. Percebemos que o processo no qual isso ocorre é regido por incentivos econômicos simples. Faz parte do jogo que empreendedores queiram se apropriar do mercado com ou sem a ajuda do governo. A questão, claro, é se queremos uma competição regida pela interferência governamental a favor deste ou daquele empreendedor.

Na história dos quadrinhos brasileiros existe um caso que ilustra bem este processo. A era é a da ditadura Vargas e os envolvidos são famosos donos de jornais brasileiros. Conforme nos explica Gonçalo Jr. (2004), o ditador havia criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para controlar a informação (censura) no país e, como fazem muitos ditadores nestes casos, buscou alguma pseudo-legitimidade criando o Conselho Nacional de Imprensa (que chamaremos de CNI).

Segundo o autor, a composição deste CNI era de:

“(...) três [integrantes] (...) nomeados pelo próprio presidente da República [e a outra metade] reunia delegados, escolhidos em assembleias gerais, convocadas para esse fim pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelo Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (...). Faziam parte do conselho, entre outros, Jarbas Carvalho (presidente), Roberto Marinho, o caricaturista e compositor Antônio Gabriel Nássara e José Soares Maciel Filho, que fundara *A Nação* com João Alberto. [Gonçalo Jr (2004), p.87]

Como seria de se esperar, o autor ainda aponta que, na prática, o DIP podia ignorar completamente as sugestões do CNI²³, o que não significa que alguns de seus membros não pudessem perceber na criação desta agência algo regulatória uma oportunidade de se vencer a concorrência com o apoio da burocracia.

O episódio envolve dois nomes do mercado editorial da época: Roberto Marinho (*O Globo*) e Orlando Dantas (*Diário de Notícias*) e, na interpretação de Gonçalo Jr, seria um episódio importante no que ele chama – no próprio título de seu livro – de *guerra dos*

²³ Esta composição heterogênea, com o governo escolhendo um número aparentemente arbitrário dos membros do conselho lembra muito a antiga composição de outro conselho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) na época do regime militar de 1965-85.

gibis. Em outras palavras, estamos diante de um episódio de *rent-seeking* que terá consequências diversificadas sobre o mercado editorial brasileiro²⁴. Vamos ao contexto.

Temos dois jornais de sucesso: O Globo e o Diário de Notícias e o diretor do segundo cria uma atração para seus leitores (e também para “atrair” leitores da concorrência): prêmios em dinheiro por meio de concursos. Ideia interessante, não?

Na época, o jornal de Marinho publicava vários quadrinhos importados²⁵, já disputando este mercado com Adolfo Aizen (o fundador da EBAL). Diante do sucesso dos prêmios oferecidos pelo outro concorrente, o membro do CNI resolve...

“(...) em novembro de 1941, Marinho sugeriu ao Conselho Nacional de Imprensa, com a justificativa de moralizar os jornais de todo o país, que o DIP proibisse a realização de concursos em jornais com prêmios em dinheiro – promoção que continuava a ser a principal fonte de receita do *Diário de Notícias*. [Gonçalo Jr. (2004), p.88]

Um empreendedor achando imoral que pessoas recebam prêmios em dinheiro por seus méritos em concursos? O argumento da moralidade seria usada na reação de Orlando Dantas, que passaria a atacar – com a ajuda de lideranças católicas – os quadrinhos (não apenas os publicados por Marinho...) como influência negativa para as crianças já que, e aqui vale a citação: “(...) as ‘historietas’ traziam temas estrangeiros prejudiciais aos leitores”²⁶.

O leitor pode estar se perguntando: “moralidade”? “Temas estrangeiros”? Quantas vezes vimos políticos ou empreendedores usarem temas como este para garantirem privilégios para si e para alguns amigos?

A tentativa – que resultou em um decreto presidencial suspendendo os prêmios do jornal - de vencer a concorrência por meio da máquina pública (no caso, a dobradinha CNI+DIP) – é um exemplo de *rent-seeking*. Todos os elementos estão presentes: busca-se abocanhar renda derivada do privilégio derivado do monopólio artificialmente criado pela supressão da concorrência.

²⁴ É nestas horas que o estudo da história brasileira se mostra tão interessante, não? Quem imaginaria revistas em quadrinhos (ou gibis) e *rent-seeking* num mesmo evento histórico? Às vezes os super-heróis possuem inimigos bem mais sofisticados do que um Thanos ou um Darkseid...

²⁵ “Entre elas, estavam *Ferdinando, Brucutu, Zé Mulambo, Robin Hood, Az Smith, Dick Dare, Marquês de Tereré, As aventuras de Patsy, O rei da sorte* e *O Capitão e os meninos* - que depois ficariam conhecidos como *Os sobrinhos do Capitão*. Alguns heróis como *O Fantasma, Barney Baxter* e *Sônia (Século XXX)* já haviam sido publicados em *O Correio Universal* e *A Gazetinha*”. [Gonçalo Jr. (2004), p.61]

²⁶ Gonçalo Jr. (2004), p.89.

O episódio, como diz o autor, daria margem ao início de uma luta feroz entre grupos mais amplos da sociedade. Não é de se estranhar, já que, novamente, “moralidade” e “perigo estrangeiro” são motivos recorrentes em polêmicas que parecem resistir ao tempo e espaço...

É famosa uma citação de Adam Smith na qual ele fala de empresários se reunindo para conspirar pela manutenção de seus privilégios. O resumo da disputa entre Dantas e Marinho mostra que a citação de Smith está longe de ser fantasiosa.

Outro ponto interessante a ser notado – voltaremos a ele – é a união de grupos bem distintos em torno de causas polêmicas. A discussão sobre “moralidade” e “perigo estrangeiro” voltará à nossa trama da Escolha Pública em breve.

Conceitos Vistos

Renda econômica

Rent-seeking

Referências Bibliográficas da Aula 4

Gonçalo Jr. *A Guerra dos Gibis*. Companhia das Letras, 2004.

5. Capitão América, Homem Aranha, Didi, Dedé, Mussum e Zacarias e os direitos de propriedade

Uma das maiores controvérsias entre desenhistas e roteiristas de quadrinhos diz respeito a quem criou este ou aquele super-herói. O final do livro de Howe sobre a Marvel usado em aulas anteriores, cronologicamente, deixa-nos em 2009, quando a Disney compra a Marvel Entertainment. Foi então que:

“Em questão de semanas, o filho e as filhas de Jack Kirby entregaram 45 notificações de recuperação de direitos autorais à Marvel, assim como à Disney, à Sony Pictures, à Universal Pictures, à Twentieth Century Fox, à Paramount Pictures e outras, por conceitos que Kirby havia criado entre 1958 e 1963”. [Howe (2013), p.449]

Caso você tenha lido este livro, ou seja alguém sentimentalmente ligado ao mundo dos super-heróis, provavelmente você já ouviu falar de Jack Kirby. Como nos diz o jornalista David Barnett (Barnett (2018)), seu estilo de desenho é inconfundível.

Ocorre que Kirby não apenas desenhava personagens. Ele também os criava. Entretanto, o processo de criação de um super-herói, como se percebe do trecho citado, não era algo sobre o qual roteiristas, editores e desenhistas fizessem sob algum ambiente juridicamente tão bem definido.

A trama que se desenvolve no livro de Howe é conhecida dos economistas: trata-se da definição dos direitos de propriedade (ora sobre heróis, ora sobre brinquedos ou mesmo filmes). Não apenas Kirby, mas também Steve Ditko – o famoso criador do Homem-Aranha...e objetivista radical – e outros aparecem como personagens em polêmicas com Stan Lee, sempre em torno da autoria deste ou daquele super-herói.

A importância dos direitos de propriedade geralmente é ensinada nos cursos de Economia com os *bens de uso comum*²⁷. Um exemplo de bem de uso comum é um pasto sem cerca que termina por ser rapidamente desgastado por pecuaristas que levam seus

²⁷ Trata-se de um expediente didático. É óbvio que bens privados já têm seus direitos de propriedade garantidos, *a priori*. Entretanto, a discussão de Escolha Pública, sobre rendas e *rent-seeking* diz respeito, justamente, ao fato de que o governo faz algo como “tornar menos privado” um bem, eventualmente até estatizando-o.

animais para ser alimentar sem custo algum (justamente porque não há cerca ou... não há a propriedade de *excludência*, como vimos anteriormente)²⁸.

A discussão sobre *rent-seeking* feita anteriormente, caso você reflita um pouco, também é uma discussão sobre direitos de propriedade. Afinal, a criação de rendas artificiais é, basicamente, uma alteração nos direitos de propriedade, não é?

Claro que os direitos de propriedade são um conceito econômico. No Direito, como já disse Ivo Gico Jr, há uma ligeira diferença na conceituação²⁹. Fala-se de qualquer forma, sobre o direito de alguém sobre sua propriedade.

Enquanto os herdeiros de Jack Kirby buscam se apoderar de rendas geradas pelo gigante dos quadrinhos, vejamos outro exemplo, por assim dizer, mais tropical. Quem nunca ouviu falar de *Os Trapalhões*? Pois bem. Originalmente, o grupo começou na antiga Rede Record (na sua formação inicial: Didi, Dedé e Mussum, sem Zacarias) com o programa *Os Insociáveis*.

Algum tempo depois, o trio se mudou para a Tupi, já adotando o nome *Os Trapalhões*. É nesta transição que ocorre uma curiosa luta pela audiência entre a Record e a Tupi. Conforme nos conta Barreto (2014), o sucesso do grupo na nova emissora fez com que a Record usasse de um expediente inteligente: transmitir reprises de *Os Insociáveis* no mesmo horário de *Os Trapalhões*.

Como isso foi possível? Por uma questão contratual. Eis um trecho da carta aberta de Renato Aragão em protesto contra a estratégia da Record:

“O que vou dizer deve servir de alerta aos meus companheiros para que nunca assinem contrato com a cláusula em que a emissora se reserva o direito de, em qualquer época, exibir os *tapes* gravados”. [Barreto (2014), p.168]

Claro, existe um efeito talvez não intencional desta estratégia da Record, que é o de aumentar a exposição do grupo na mídia³⁰. Trata-se de um caso interessante sobre direitos de propriedade acerca da renda gerada pelo talento dos *insociáveis/trapalhões*.

²⁸ Um problema interessante é o da tragédia dos *anti-comuns*, ou seja, uma situação na qual o estabelecimento de direitos de propriedade é excessivo e gera perdas para a sociedade. Um exemplo anedótico é a tentativa de patentear qualquer inovação na indústria de *smartphones*, desde o formato das bordas até o movimento dos dedos para destravar uma tela.

²⁹ Trata-se de *direitos subjetivos*. Veja Gico Jr (2012).

³⁰ Conforme Barreto (2014), Mussum tinha ciência disso. Ver o parágrafo seguinte, ainda na mesmíssima p.168.

Por um lado, a Record busca gerar renda marginal com um fator de produção que não mais possui (o grupo de humoristas), graças a uma cláusula contratual (provavelmente é uma renda marginal decrescente, já que são reprises...) mas, por outro, as reprises são uma propaganda gratuita (da Record) ao grupo em sua nova emissora, o que significa uma potencial geração de renda para os humoristas. Ironicamente, é curioso que o contrato da Record com o quarteto não vislumbrasse esta possibilidade. Talvez por uma questão legal, mas, sabe como é, a imaginação de um economista é tão livre quanto a de qualquer Jack Kirby, Stan Lee ou Steve Ditko (embora nem sempre tão bem humorada quanto nas piadas de Didi, Dedé, Mussum e Zacarias)³¹.

Referências Bibliográficas da Aula 5

Barnett, David. *Jack Kirby: The comic book artist finally gets the recognition he deserves*. The Independent, March, 16th, 2018.

(https://www.independent.co.uk/news/long_reads/jack-kirby-new-gods-marvel-comic-book-artist-recognition-a8259236.html)

Barreto, Juliano. *Mussum Forévis – Samba, Mé e Trapalhões*. Leya, 2014.

Gico Jr, Ivo. *A Tragédia do Judiciário: subinvestimento em capital jurídico e sobreutilização do Judiciário*. Tese de Doutorado, PPG-ECO, UnB, 2012.

(http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/13529/1/2012_IvoTeixeiraGicoJunior.pdf).

Howe, Sean. *Marvel Comics: a história secreta*, LeYa, 2013.

³¹ Apenas a título de curiosidade, já que falei de imaginação, quem quer tenha assistido ao primeiro filme da série *Indiana Jones* realmente apreciaria Pringle (2006) [Pringle, Heather. *The Master Plan – Himmler's Scholars and the Holocaust*. Harper Perennial, 2006]. A semelhança física e Herbert Jankhun, o arqueólogo nazista com o personagem Arnold Toht (um agente da Gestapo envolvido na trama) é impressionante. Ademais, é um bom livro para se discutir o problema da ideologização da ciência.

6. O que o nióbio e o papel têm em comum?

As eleições de 2018 trouxeram de volta um discurso conhecido dos brasileiros: o da defesa de *recursos estratégicos*. Embora o conceito de *estratégico* seja sempre bastante elástico, tanto na ideologia (incluindo propostas à direita ou à esquerda), quanto na inclusão ou exclusão de bens e serviços (ou às vezes até pessoas³²) na cesta dos *estratégicos*.

Na história dos gibis, contada por Gonçalo Jr (2004), temos uma pista de como as motivações de governantes no estabelecimento de cotas nem sempre são baseadas em belas intenções.

O cenário é o Brasil dos anos 40, em plena Segunda Guerra Mundial. Governado por um ditador, Getúlio Vargas, uma guerra doméstica surgia, não contra nazistas, mas contra revistas em quadrinhos. O problema, claro, não se restringia aos super-heróis, mas a toda e qualquer forma de comunicação de massa como os jornais.

Em meio às disputas por fatias de mercado de quadrinhos, eis que a guerra traz um novo problema para o Brasil: o fornecimento de papel. É que a imprensa brasileira vivia de papel importado do Canadá e a atuação nazista no Oceano Atlântico não era exatamente um facilitador para os jornais.

Com esta “ajuda” nazista, Vargas obtém mais um meio de repressão às opiniões dissidentes. Certamente, neste episódio, o papel não é um recurso estratégico nacional como o nióbio, encontrado em terras brasileiras, mas quem disse que o governo cria cotas apenas para produtos que existem no país? Exato! As famigeradas cotas de importação são um dos meios de se favorecer alguns grupos em detrimento de outros.

Nas palavras do autor:

“Com a decretação do racionamento, a distribuição de cotas de papel se tornou uma medida eficiente do DIP para tentar calar as poucas publicações que ainda faziam oposição a Vargas. A revista *Diretrizes*, editada por Samuel Wainer, foi uma das que sofreram cortes na importação de papel. Por diversas vezes, atrasou suas edições e quase deixou de circular”. [Gonçalo Jr (2004), p.95]

³² Não é que recentemente um historiador (*sic*) resolveu propor que jogadores de futebol não possam ser vendidos para clubes estrangeiros sem o pagamento de taxas? Veja as três referências sobre o tema, nas referências desta aula.

O discurso do nióbio³³ – tal como o que se fez para o tório alguns anos depois, já em outra ditadura³⁴ - baseia-se em um suposto interesse nacional que, ironicamente, inclui apenas parte dos nacionais (o governo, sempre esclarecido/iluminado e alguns grupos de interessados curiosamente sempre mais alertas que o restante da população) na proibição de se exportar o recurso. No caso do papel, note, o argumento é o mesmo, embora o produto seja importado.

Não é difícil perceber que o *interesse nacional* parece ser uma justificativa para se impedir tanto a livre exportação quanto a livre importação de produtos. Em resumo: fechar a economia, seja pela venda, seja pela compra de produtos, parece ser do interesse de todos exceto, talvez, da grande massa de eleitores-consumidores, que não se importariam em aumentar seu padrão de vida consumindo produtos mais baratos ou tendo à sua disposição a possibilidade de escolher um produto dentre um leque mais diversificado...

O perigo, como se vê, é que o *interesse nacional* possa servir apenas como uma desculpa para se gerar desigualdades com motivações bem pouco *nacionais* e muito mais *políticas*. O caso do papel na era Vargas é explícito, mas outros casos de criações de cotas nem sempre surgem com esta motivação explícita (o que não impede que, ao longo do tempo, políticos se dêem conta do potencial que têm em mãos...).

Ironicamente, a ameaça nazista – imaginária ou não – de afundamento de navios canadenses serviu aos propósitos repressivos do ditador Vargas que, posteriormente, migraria para uma posição mais pró-aliados...

Para encerrar esta curta lição, lembro que a Escolha Pública contempla também outra forma de restrição ao comércio entre países, além das já citadas cotas, que são as tarifas³⁵. A dinâmica política de cotas e tarifas é um tópico interessante para estudos. O leitor poderia, por exemplo, perguntar-se sobre quem tem mais interesse em cotas de importação: o governo ou os importadores? E no caso das tarifas? Esta é uma pergunta que fica para a reflexão.

³³ Minério sob a terra, como disse Roberto Campos [Campos (1976)], não é riqueza. Vale a pena citar o trecho: “Imagina-se, por exemplo, que minério debaixo da terra seja riqueza, (sic) Não é. É simples matéria inerte. Para se transformar em riqueza, são necessários dois fatores escassos: investimento e mercado. Ao fazer-se a elipse do processo, estabelece-se insanável confusão mental, que nos poderia levar, por exemplo, a julgar o Pão de Açúcar uma rentável fonte de pedra britada”. [Campos (1976), p102]

³⁴ Veja mais em Campos (1976).

³⁵ Em economês básico, “tarifa” é o nome que se dá aos impostos sobre importações ou sobre exportações (sim, na história econômica, a brasileira inclusa, há casos de impostos sobre exportações).

Conceitos Vistos

Cotas

Interesse Nacional

Tarifas

Referências Bibliográficas da Aula 6

Campos, Roberto. *A Técnica e o Riso*. APEC, 1976.

Gonçalo Jr. *A Guerra dos Gibis*. Companhia das Letras, 2004.

Racy, Sônia. Historiador pede leis para dificultar saída de jovens craques do país. *O Estado de São Paulo*, 18/06/2018. (<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/historiador-pede-leis-para-dificultar-saida-de-jovens-craques-do-pais/>).

Racy, Sônia. Elena Landau critica sugestão de intervenção no futebol. *O Estado de São Paulo*, 20/06/2018. (<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/elena-landau-critica-sugestao-de-intervencao-no-futebol/>).

Racy, Sônia. Saída dos clubes no Brasil 'é o mercado', diz consultor. *O Estado de São Paulo*, 28/06/2018. (<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/saida-dos-clubes-no-brasil-e-o-mercado-diz-consultor/>)

Para reflexão

Compare o trecho abaixo – relativo ao Japão dos anos 40 - com a discussão sobre o uso do papel feita nesta lição.

“A partir de 1940, a aplicação da lei do cinema tornou-se taxativa e não admitiu mais exceções. Logo foram acrescentadas mais limitações: a primeira referia-se à quantidade de película à disposição para uso pessoal, visto que a importação da América cessou e o governo requisitava um amplo estoque destinado à informação bélica. Depois, em 1941, foram proibidas as projeções de filmes americanos e ingleses, dos quais já nos últimos anos o governo apontara o espírito ‘perigosamente’ individualista e contrastante com a pureza da cultura japonesa”. [Novielli (2007)³⁶, p.107]

³⁶ Novielli, M.R. *História do cinema japonês*. Editora Universidade de Brasília, 2007.

7. Quando Católicos e Editores se unem para não te deixarem ler as histórias do Capitão América

Quantas vezes já ouvimos apelos pela censura aos *videogames*? Há quem diga que estes jogos são os responsáveis por uma significativa parte dos males que assolam a humanidade. Claro, raramente temos evidências científicas de que *videogames*, mais do que políticos, são responsáveis por crises financeiras, guerras entre nações ou mesmo pela tragédia ambiental da cidade de Mariana.

Mas não pense que a busca de um culpado para todos os males do mundo começou com aquele senhor sisudo que reclama de suas horas frente ao *Xbox* ou ao *PS-4*. A busca de culpados – com ou sem um bom amparo científico – parece fazer parte da história do ser humano.

No caso que nos interessa, a pergunta interessante tem a ver com o que vimos na primeira lição, ou seja, com problemas de *ação coletiva*. Na lição 1, o foco foi no problema de uma opção que satisfizesse à maioria dos membros de um sindicato. Agora, vamos focar em outro aspecto do problema. Queremos entender como uniões improváveis podem ocorrer em prol da criação de alguma política.

Lembre-se da lição 4. Vimos como a disputa entre dois empreendedores - Roberto Marinho e Orlando Dantas - resultou em uma malfadada tentativa de se sufocar o segundo com uma proibição sobre sua principal fonte de receita, os prêmios em dinheiro distribuídos por concursos do jornal. Vimos também que, a despeito do insucesso na tentativa, a reação de Orlando foi a de buscar suporte em algumas vozes que se insurgiam contra os quadrinhos no Brasil, notadamente no meio católico³⁷.

Conforme Gonçalo Jr (2004), a guerra aos quadrinhos não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro³⁸. O autor encontra a origem da polêmica nos EUA quando um autor de livros infantis, Sterling North, percebe que perdia mercado para as revistas em quadrinhos e passa a buscar aliados em sua luta. Não é difícil perceber que os interesses econômicos de North foram importantes neste caso.

³⁷ Curiosamente, boa parte da fama negativa de Roberto Marinho parece surgir dos ataques da concorrência ao mesmo. Ver Gonçalo Jr (2004), p.132.

³⁸ Um pouco desta história aparece também em Howe (2013) e Lepore (2017). Gonçalves Jr (2004) nota que o fenômeno não foi exclusivo das Américas. Os quadrinhos também sofreram com proibições na Itália e na França. Ver Gonçalves Jr (2004), cap.3.

No caso brasileiro, a união contra as revistas em quadrinhos une atores que, provavelmente, não estariam juntos em outras causas. O fenômeno é conhecido na literatura como *batistas e contrabandistas*, por conta do artigo original de Bruce Yandle (Yandle (1983)), que chamou a atenção para o fenômeno em estudos sobre a regulação nos EUA³⁹.

No Brasil temos uma constelação de atores que se unem em torno da luta contra a *disseminação de violência-sexo-imoralidade-terror-leituras-inadequadas-etc* alegadamente feita pelos quadrinhos de forma *poderosa* sobre crianças inocentes. Embora nada tenha sido dito sobre o tema na lição 1, é provável que alguns desenhistas nacionais tivessem até o desejo de apoiar a luta contra os quadrinhos, mas apenas os estrangeiros⁴⁰.

Outro grupo óbvio é o de religiosos, notadamente os católicos, que uniam argumentos morais com xenofobia populista. Por exemplo, o padre Arlindo Vieira pensava que:

“(…) as histórias publicadas por Aizen e Marinho tinham algo mais grave do que personagens femininas com roupas indecorosas, que incentivavam a molecada a se dedicar ao ‘sexo solitário’: o objetivo maior de quem fazia os quadrinhos, na sua opinião, era promover abertamente a alienação cultural dos leitores, por meio da imposição dos ‘modismos’ americanos, estranhos à cultura brasileira. [Gonçalo Jr (2004), p.80]

Nada muito diferente do que diria um integralista nos anos 30 ou algum inimigo do suposto *globalismo* no Brasil do século XXI, não? Irônico, talvez, seja lembrar que o argumento moral da Igreja Católica contra os quadrinhos norte-americanos se baseasse em uma visão de que os mesmos facilitavam a difusão do comunismo no Brasil ao não apresentarem, alegadamente, na opinião dos que defendiam este argumento, conteúdo que defendesse a instituição da família...⁴¹

Outro grupo envolvido na crítica dos quadrinhos eram os educadores, notadamente os representados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cujas críticas aos quadrinhos ia desde aspectos técnicos (“traduções incorretas”, “abuso da gíria” até à

³⁹ “Batistas e contrabandistas” é um termo que diz respeito, originalmente, à união destes dois grupos pela aprovação da chamada *Lei Seca* nos EUA. Ver Yandle (1983).

⁴⁰ Isto não é de todo absurdo quando se lembra que, na luta pela sua própria sobrevivência, Adolfo Aizen, da EBAL, buscou combater a regulação publicando quadrinhos enaltecendo figuras famosas na história brasileira (como os “heróis da pátria”), do catolicismo e também baseadas em livros nacionais. Como diz Gonçalo Jr (2004), seus esforços encontrariam eco no governo pró-fascista de Vargas (ver p.82-87, por exemplo).

⁴¹ Ver Gonçalo Jr (2004), p.99-100.

mesma crítica quanto à cultura estrangeira (“elevada taxa de estrangeirismos”)⁴² e também pela Associação Brasileira de Educação (ABE), capitaneada por Orlando Dantas como aliada em sua luta contra Roberto Marinho⁴³. Provavelmente não por coincidência, um dos fundados da ABE, Eduardo de Moura Barbosa:

“(...) contou aos educadores que tentava sobreviver de quadrinhos com temas nacionais, sem êxito. Um de seus personagens, o indiozinho *Buri*, que defendia a floresta amazônica contra a exploração dos brancos, teria sido recusada por várias editoras brasileiras, mas foi aceito por uma revista argentina. Por isso, a associação de desenhistas reivindicou uma lei de reserva de mercado que obrigasse jornais e revistas a dedicar espaço às histórias nacionais”. [Gonçalo Jr (2004), p.133]

A tentativa de criar uma reserva de mercado para quadrinhos nacionais, como vimos na lição 1, iria se repetir quase vinte anos depois, com Maurício de Souza e outros desenhistas mais famosos do que Eduardo de Moura Barbosa⁴⁴.

Obviamente, outro ator importante na luta contra os quadrinhos era Orlando Dantas, em sua disputa contra Roberto Marinho. A troca de insultos entre ambos nos editoriais de seus respectivos jornais é parte indispensável de quem vá ler o livro de Gonçalo Jr.

De um jeito ou de outro, observe-se a inusitada conjunção de forças contra os quadrinhos: religiosos, concorrentes e até desenhistas brasileiros (que buscavam não uma proibição, mas uma reserva de mercado) e educadores. A descrição de Yandle (1983) dos batistas e contrabandistas encontra um paralelo no sul do Equador, com católicos e educadores (ambos unidos em torno da “moral” e contra a “influência socialista”) e concorrentes (seja dos jornais, no caso dos editores; ou dos quadrinhos estrangeiros, no caso dos produtores de conteúdo de quadrinhos brasileiros).

Onde mais encontraríamos exemplos de grupos de interesse tão distintos se unindo em torno da obtenção/manutenção de privilégios? O leitor certamente não terá dificuldades em encontrar exemplos nas páginas dos jornais e, já que falamos de batistas e contrabandistas, terminemos com um toque de bom humor. Com vocês, Groucho Marx.

⁴² Ver Gonçalo Jr (2004), p.114-115. Vale a pena também citar a vereadora Lia Correia Dutra, do Rio de Janeiro, que disse que as revistas em quadrinhos tinham “(...) fins lucrativos e para enriquecimento de seus proprietários, sem ter nenhuma finalidade educativa”. [Gonçalo Jr (2004), p.121]

⁴³ Vimos um resumo desta querela na lição 4.

⁴⁴ Aliás, a mesma Adesp citada na lição 1, vale dizer, foi fundada nos anos 50, pouco antes do suicídio de Vargas.

“A Lei Seca fez muitas coisas por mim. Não apenas por mim, mas para o resto da nação. Tenho certeza que muitas pessoas bem intencionadas que votaram a lei e a aprovaram, fizeram isso porque estavam convencidas de que em questão de algumas semanas todo mundo quebraria suas garrafas de bebidas alcólicas e assumiriam o compromisso de não beber mais.

Esta não é uma observação particularmente nova, mas o mundo está cheio de pessoas que acham que podem manipular a vida dos outros meramente fazendo uma lei ser aprovada. (...)

Bom, agora todos nós sabemos qual foi o sucesso da Lei Seca. Não apenas não fez ninguém parar de beber, como ajudou a criar a grande máfia do crime organizado que hoje é tão poderosa quanto o governo”. [Marx (1991), p.178]

Marx não poderia estar mais correto. Digo, Groucho Marx.

Conceitos Vistos

Batistas e Contrabandistas

Censura

Referências Bibliográficas da Aula 7

Gonçalo Jr. *A Guerra dos Gibis*. Companhia das Letras, 2004.

Howe, Sean. *Marvel Comics: a história secreta*, LeYa, 2013.

Lepore, Jill. *A História Secreta da Mulher Maravilha*. Best Seller, 2017.

Marx, Groucho. *Groucho e eu – a autobiografia de Groucho Marx por (quem diria!) Groucho Marx*. Marco Zero, 1991 [original de 1951]

Yandle, Bruce. Bootleggers and Baptists – The Education of a Regulatory Economist. *Reason*, May-June/1983.

<https://object.cato.org/sites/cato.org/files/serials/files/regulation/1983/5/v7n3-3.pdf>.

8. O Trapalhão e o Barão de Itararé: a censura como oportunidade...para a liberdade

Alguns entusiastas da Escolha Pública também se identificam ideologicamente como liberais (no sentido europeu do termo). Bem, uma das virtudes da liberdade está em seu aspecto individualista, no respeito (tolerância) à diversidade de opiniões. Temos a liberdade de expressão atrelada, então, à tolerância pelas expressões diversas.

Entretanto, nem sempre o ambiente político permite, legalmente falando, a livre expressão das ideias e esta lição não está inovando ao afirmar isso: basta estudar um pouco de História (mundial, do Brasil etc) para se certificar disso. A repressão política às ideias que lhe são perigosas já foi (e sempre será) alvo de milhares de estudos acadêmicos e artigos de colunistas de jornais.

Nesta lição destaco apenas alguns casos de como a liberdade faz-se presente em ambientes os mais improváveis. Embora não seja um tópico específico da Escolha Pública, talvez haja uma lição interessante a ser apre(e)ndida aqui, qual seja, a de que manifestações marcantes em defesa da liberdade são também as mais criativas e inteligentes e, portanto, talvez valha a pena investir neste tipo de ativismo.

Outro ponto interessante em se discutir as manifestações pró-liberdade é a de que, embora as evidências científicas não sejam nunca conclusivas, há uma coleção de evidências favoráveis à interpretação de que o liberalismo tem algum efeito positivo sobre o bem-estar das sociedades⁴⁵.

Vejamos o primeiro exemplo, devido ao famoso Barão de Itararé, tal como relatado por Figueiredo (2012). O contexto é o Rio Grande do Sul autoritariamente governado por Borges de Medeiros (o ano é 1918) e o incentivo é a censura imposta aos jornais de Porto

⁴⁵ Ok, ok. Eu sei que você já leu mil e um textos em que modelos lógicos (verbal ou algebricamente falando) mostram que a liberdade é importante para o bem-estar da sociedade. Também já li vários textos assim. Contudo, é importante sempre cultivar o ceticismo e o apreço pela análise empírica. Muitos liberais podem não concordar comigo neste ponto e não tenho mais paciência para convencer pessoas (ou talvez eu não seja muito hábil nisso) acerca da importância destes dois valores que não são exclusivos de um acadêmico, mas, na minha opinião, são básicos para qualquer bom profissional de qualquer área. Obviamente, acho importante que um ser humano de boa estirpe seja sempre, pelo menos cético (além de tolerante e curioso). Enfim, talvez esta nota de rodapé possa ajudar você a rever alguns posicionamentos. Ou pelo menos pode evitar que você me jogue pedras na rua. Pelo menos neste último caso esta imensa noat poderá ter-me sido valiosamente útil...

Alegre, disfarçada de preocupação com a saúde pública acompanhada da proibição de grupos públicos de mais de três pessoas⁴⁶.

Apparício Torelly – o nosso Barão – diante dos fatos, promove, neste contexto, aquela que seria chamada de *passeata da rolha*. Como?

“Juntei um grande número de estudantes e promovemos uma passeata pela cidade, em fila. A polícia nada podia fazer. Não estávamos formando grupos de mais de três pessoas’. No longo cortejo, os jovens eram dispostos dois a dois, em respeito à determinação da polícia. De pé sobre uma carroça puxada por um burro, ele ia à frente do cortejo. Disciplinados, os estudantes formavam um desfile absolutamente silencioso, pois todos tinham as bocas tampadas por rolhas. O líder, no alto da carroça, com o dedo em riste e ar exaltado, fazia um discurso mudo, enfatizado por gestos eloquentes. [Figueiredo (2012), p.73]

Creio que o trecho acima diz muito sobre a criatividade humana e também sobre como incentivos, por melhor desenhados que sejam, nunca são perfeitos, sempre sendo possível encontrar maneiras de se superá-los. Talvez um dos “descendentes” deste tipo de ativismo seja o uso de *Tor* por pessoas que vivem sob ditaduras.

Claro, a liberdade pode se expressar de outras formas. Avançando um pouco no tempo, para 1973, observamos como um inocente filme infantil, *O Trapalhão no Planalto dos Macacos*, já no título, sutilmente insinua a crítica aos políticos da era militar. Não apenas no título já que, na trama...

“Os tiranos do outro planeta planejavam um golpe de Estado, castigavam seu povo impedindo o uso de eletrodomésticos e bens de consumo importados e não conseguiam controlar a alta no preço da banana por conta de uma cruel inflação. Mais ou menos como outros primatas faziam em Brasília”. [Barreto (2014), p.180]

Embora alguns ativistas mais extremados que defendem os direitos dos animais possam se sentir ofendidos, vale destacar que nenhum macaco foi ferido ou morto para que o filme fosse realizado, a despeito da ofensiva referência feita aos políticos do *Planalto*, que ofenderia, provavelmente, não apenas macacos, mas também burros, jumentos, antas e outros animais...

Seriedades ou piadas à parte (você decide), é claro que estes não são os únicos exemplos em que defensores da liberdade buscam burlar a censura governamental. São apenas os

⁴⁶ A censura teve como justificativa a preocupação com a gripe espanhola.

que selecionei para esta pequena lição. O leitor poderia trazer alguns outros exemplos mais contemporâneos...

Conceitos Vistos

Liberdade de Expressão

Referências Bibliográficas da Aula 8

Barreto, Juliano. *Mussum Forévis – Samba, Mé e Trapalhões*. Leya, 2014.

Figueiredo, Cláudio. *Entre sem bater – a vida de Apparício Torelly, o Barão de Itararé*. Casa da Palavra, 2012.

9. Burocracia e (Des)regulação: trapalhadas que fazem sentido

Disse certa vez Roberto Campos que:

“(...) ‘toda ação de liberação provoca uma reação de controle burocrático, de igual intensidade, ainda que de forma disfarçada’. Exemplo?... Libera-se a taxa cambial para promover exportações, mas limitam-se as vendas a fim de preservar o mercado interno. Estabelece-se o mercado livre de câmbio, mas quando este começa a se comportar livremente, reagindo à oferta e procura, intervém a autoridade cambial para discipliná-lo”. [Campos (1976), p.35]

Familiar, não? Como não poderia deixar de ser, a burocracia é um dos tópicos mais populares entre estudiosos da Escolha Pública. De maneira algo livre, funcionários públicos envolvidos na gestão de ambulâncias de um município até o secretário de um ministério qualquer (ou mesmo o próprio ministro) são todos tratados sob o rótulo de “burocrata”.

Na história recente do Brasil, talvez não haja figura mais simbólica da luta contra a burocracia do que a *luta contra os marajás* do ex-presidente Collor de Melo. É interessante notar como políticos fazem uso da burocracia para fins eleitorais. Por exemplo, antes de Collor existiu a ditadura e, com ela, a tentativa de se democratizar o país, em 1985.

Naquele tempo, a disputa para a presidência da república polarizou-se entre Tancredo Neves e Paulo Maluf. Conforme Barreto (2014), na tentativa de angariar apoio de artistas, Maluf reuniu-se com artistas e propôs atender a várias de suas reivindicações:

“(...) maior autonomia sindical, limitação de reprodução de conteúdo estrangeiro no rádio e na TV, por meio de uma reserva de mercado para o produto cultural nacional, e uma reforma completa no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) de direitos autorais”. [Barreto (2014), p.293]

Percebe-se, novamente, como nossa classe cultural não tem nada de incompatível com a noção de *homo economicus*, conceito basilar da Ciência Econômica e da Escolha Pública. Em outras palavras, artistas, tal como outros seres humanos, busca atingir o maior nível de atendimento de seus interesses dadas as restrições que enfrentam.

Neste exemplo, a restrição maior é que leis não podem ser criadas por artistas, mas pelo governo, por meio de sua burocracia e políticos e, bem, os interesses dos artistas não poderia estar mais claro: o objetivo não tem a ver com alguma *cultura universal e*

democrática para todos os brasileiros, mas sim o aumento de suas próprias rendas por meio de reserva de mercado. Em outras palavras: se fosse possível proibir a exibição de *Star Wars* no Brasil, muitos artistas (alguns dos quais publicamente jamais admitirão esta intenção) não hesitariam em fazê-lo.

Um discurso muito comum para se criar – e perpetuar – restrições de mercado tem como base a ideia de que o protegido é *pequeno demais para competir* com os estrangeiros. O discurso é atrativo porque parece proteger empregos (atraindo trabalhadores) e fatias de mercado (atraindo empreendedores).

Mesmo com a derrota de Maluf, o fato é que o setor cultural não viveu um ambiente fortemente competitivo no país. Tome-se o caso do cinema nacional na gestão de Collor. Ao ser eleito, ele:

“(...) fechou a produtora e distribuidora Embrafilme, o Conselho Nacional de Cinema (Concine) e a Fundação do Cinema Brasileiro, transformou o Ministério da Cultura em Secretaria da Cultura e caçou as leis de incentivo à produção, de regulamentação do mercado interno e até mesmo os órgãos encarregados de produzir estatísticas sobre a audiência. Foi um duro golpe que pegou os cineastas brasileiros de calças curtas e acabou por tornar a realização de filmes no Brasil quase impossível. E só é possível dizer quase porque a R.A. Produções era uma solitária exceção, capaz de lançar um filme na rua sem ajuda do governo”. [Barreto (2014), p.353]

Para quem não sabe, a R.A. Produções era a produtora de Renato Aragão. O trecho acima corrobora a ideia de que empreendedores que atendem, com sucesso, aos consumidores, conseguem sobreviver a despeito da instabilidade gerada pela burocracia (não apenas por criação e alteração de leis mas, como visto, até pela instabilidade da própria).

Alguns tendem a ver na ideologia um fator importante na ação dos políticos. Claro que pode haver alguma importância no fator ideológico, mas quando se pensa em Maluf ou Collor de Melo e se observa a flexibilidade no discurso que vai da regulamentação da cultura ao seu oposto, o argumento de que políticos e burocratas são racionais e buscam maximizar seu próprio bem-estar (tal como nós!) parece bem mais realista.

Uma proposição famosa em Escolha Pública – uma das várias – diz respeito ao fato de que a burocracia tenderia a ter um tamanho maior do que o socialmente ótimo e a explicação tem a ver com a necessidade, de seus membros, em prolongar a existência de seus postos de trabalho (ainda que haja estabilidade de emprego para servidores

públicos, pode-se pensar em privilégios específicos de alguns cargos ou no *status* que facilita transações com o setor privado no presente ou no futuro⁴⁷).

Note também que outra possível consequência da burocracia se aliando a grupos de interesse tem a ver com a manutenção do *status quo* e um possível viés anti-inovação (ou anti-choques tecnológicos, numa linguagem algo técnica). Nem sempre é fácil explicar a importância de certas inovações (pense no caso das vacinas, por exemplo) às pessoas ou, como diz Marx em um bem-humorado trecho de sua autobiografia:

“Tem pessoas que não fazem outra coisa a vida inteira a não ser combater o progresso e a mudança. (...) Também tenho certeza de que os campônios ficaram bastante céticos quando lhes explicaram, pacientemente, que a privada não tinha necessariamente que ficar no quintal perto do chiqueiro, mas poderia ficar dentro de casa onde eles viviam. E muitas vacas devem ter ficado indignadas quando as calosas e familiares mãos do camponês desapareceram e foram substituídas por um artifício elétrico ligado a seus úberes”. [Marx (1991), p.192]

Sim, é engraçado, mas há um fundo de verdade aí: toda inovação gera, inicialmente, insegurança quanto ao futuro, principalmente na fantasmagórica figura do desemprego e da miséria (talvez John Rawls tenha sido o autor de maior sucesso ao explorar o tema em seu livro mais famoso⁴⁸). Em situações como esta, pessoas recorrem ao governo – dando poder à burocracia (ou pelo menos autorizando o aumento de seu poder) – afim de buscar proteção⁴⁹.

É importante ressaltar que os problemas da burocracia não necessariamente derivam de falta de ética ou maldade intrínseca. Para Maluf ou Collor, o importante são os votos, tanto quanto para Lula, Bolsonaro ou Marina. No caso dos burocratas, os mesmos reagem a incentivos, como se acabou de exemplificar.

Não que não existam pessoas cruéis mundo afora, mas a premissa da Escolha Pública é que pessoas reagem a incentivos, independente de suas motivações religiosas ou éticas. Aumente-se o preço do feijão e você verá vascaínos, cruzeirenses, flameguinstas,

⁴⁷ Não necessariamente estas transações são ilegais. Mas repare que o *status* pode ser importante em vários casos. Um ex-presidente de uma agência reguladora é sempre um ativo disputado no mercado dos regulados por conta de seu conhecimento sobre a regulação ou mesmo à sua rede de contatos. Obviamente, as ilegalidades não contradizem o que foi dito...

⁴⁸ A referência é: Rawls, John. *Uma Teoria da Justiça*. Martins Fontes, 1997.

⁴⁹ A postura diante da inovação pode ser mais otimista e Postrel (1998) é uma autora que, na minha opinião, fez uma das análises mais interessantes sobre o tema. De certa forma, há algo de hayekiano (ou schumpeteriano?) nestas discussões mas, claro, uma conversa mais detalhada sobre isso ultrapassa o escopo desta pequena lição.

roqueiros, motoristas de ônibus, etc reagindo, em média, de forma similar: diminuindo a demanda, substituindo o feijão por algum outro produto.

O caso acima pode parecer atípico, mas lembre-se que várias burocracias aparentemente extintas na era Collor voltariam posteriormente, o que é uma das diversas evidências de quão complexo é reformar o setor público...

Conceitos Vistos

Burocracia

Referências Bibliográficas da Aula 8

Barreto, Juliano. *Mussum Forévis – Samba, Mé e Trapalhões*. Leya, 2014.

Campos, Roberto. *A Técnica e o Riso*. APEC, 1976.

Postrel, Virginia. *The future and its enemies*. Simon & Schuster, 1998.

Para reflexão

Um dos problemas da burocracia é sua falta de flexibilidade para se adaptar às demandas sociais. A Escolha Pública costuma ressaltar este ponto em livros-texto ou artigos. Virginia Postrel nos dá uma descrição interessante, para o caso dos EUA.

“Politics itself is a dynamics system, whose feedback effects often undermine good intentions. Contrary to the dreams of turn-of-the-century progressives, technocracy does not stay disinterested. (...)The U.S. Forest Service, for instance, gets to keep money from timber sales only if it uses the funds for reforestation. Since clear cutting is the cheapest way to sell timber and also requires the most expensive reforestation, the service maximizes its budget by clear cutting even in places such as northern California where the timber companies – not to mention environmentalists – would prefer a more selective approach. The problem isn’t corrupt or incompetent foresters but the system under which they operate”. [Postrel (1998), p.46]⁵⁰

Você conhece algum caso similar (não em termos de reflorestamento, mas em termos da rigidez dos incentivos) em sua cidade ou estado?

⁵⁰ Postrel, Virginia. *The future and its enemies*. Simon & Schuster, 1998.

10. Vai incendiar? Avise-me antes! Eu te pago!

Talvez você não conheça o Barão de Itararé, pseudônimo de Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, mas certamente já leu ou ouviu alguma piada engraçada criada por esta lenda da cultura brasileira.

Em determinado momento de sua carreira, ali pelos anos 30, o Barão publicava seu encarte *A Manhã* (sim, não faltou acento algum) no *Diário da Noite* de Assis Chateaubriand. Conforme nos conta Figueiredo (2012), na época da Grande Depressão⁵¹, São Paulo enfrenta o que parecia ser um “surto de incêndios”.

Obviamente, o jornal levantou suspeitas sobre o fato e o Barão não deixou por menos.

“*A Manhã* lançou um concurso. Ofereceu dois valiosos prêmios em dinheiro aos leitores que avisassem com antecedência de 24 horas onde aconteceria o incêndio do dia, para que o jornal pudesse fazer, com a devida folga e tranquilidade, ‘uma reportagem moderna, digna dum grande órgão como o nosso’. Temendo os instintos piromaníacos dos leitores, algumas pessoas procuraram o chefe do jornal para dissuadi-lo da ideia, mas *A Manhã* informava que ‘essas torpes insinuações do egoísmo humano’ iam todas ‘esbarrar na muralha chinesa do seu grande coração liberal’”. [Figueiredo (2012), p.150]

Pois bem, piadas à parte, o humor do Barão chama a atenção para um dos problemas que afligem não apenas economistas, mas também burocratas, políticos e demais agentes relacionados ao setor público: o problema da *informação*, ou melhor, o problema da assimetria de informação.

Imagine, por exemplo, a situação de um formulador de política pública que realmente tenha boas intenções e queira incentivar o empreendedorismo local em uma comunidade. Como fazê-lo? Parte do problema consiste em obter informações sobre os indivíduos interessados em empreender e também sobre suas ideias empreendedoras.

De certa forma, é inevitável pensar na frase tão disseminada pela sabedoria popular de que *informação é poder*. Contudo, muitos encaram esta afirmação com certa arrogância, imaginando ser fácil obter a tal *informação*. Muito poderia ser escrito sobre problemas de informação, mas vamos nos concentrar em dois aspectos da assimetria (também chamada de *informação oculta*): *seleção adversa* e *risco moral*.

⁵¹ Eu sei, eu sei...um ano antes dos “anos 30”.

Quando se fala em *seleção adversa*, pensa-se em um caso no qual uma das partes envolvidas em uma transação tem uma informação relevante (no contexto da transação) que a segunda não possui. O exemplo clássico é o chamado *mercado de limões*⁵², popularizado nos anos 70 pelo economista George Akerlof.

Em seu exemplo, Akerlof usa o exemplo de um mercado de automóveis que envolve veículos usados com mais ou menos problemas. O problema da seleção adversa surge quando os vendedores de veículos usados bons que, geralmente, são os que apresentam pouco ou nenhum defeito, não conseguem sinalizar a qualidade do seu produto para os compradores que, diante da diferença de preços, terminam por comprar automóveis usados que são verdadeiros *limões* (ou *abacaxis*).

Claro, o leitor sabe que mercados de automóveis usados geralmente não funcionam desta forma e é possível que muitos vendedores de carros usados bons ofereçam aos potenciais compradores a oportunidade de visita ao mecânico de preferência destes ou algum tipo de garantia, mas isto só mostra que o problema da *seleção adversa* existe e exige que exista alguma solução para o mesmo.

Poderia o governo resolver o problema de solução adversa? Sim, tanto quanto o mercado e o interessante do mundo em que vivemos é a diversidade de exemplos de ambos. Pense por exemplo na classificação de cursos de graduação no Brasil por meio do exame nacional que evoluiu do *Provão* para o *Enade*. Neste caso, o governo ajuda a minimizar a assimetria informacional cumprindo o papel de sinalizar à sociedade a qualidade dos cursos⁵³.

O segundo exemplo de assimetria informacional é o chamado problema do *risco moral* ou, como é também conhecido, o problema de *moral hazard*. Neste caso, uma das partes envolvida na transação pode agir, afetando o bem-estar da outra parte sem que esta possa intervir. Ficou confuso? Pense no caso em que uma companhia de seguro me vende um contrato para assegurar meu automóvel e eu, no dia seguinte, passe a me

⁵² Em português diríamos “abacaxi”. O mercado, no caso, não diz respeito à famosa fonte de vitamina C, mas sim ao produto comprado. Nos EUA, fala-se em limões quando, no Brasil, usa-se o termo “pepino” ou “abacaxi”. Creio que já está claro o significado, não? Em que você pensa quando alguém diz que comprou um abacaxi? Alguns ex-alunos e amigos dizem que minhas notas de rodapé são um verdadeiro abacaxi... Para maiores referências sobre mercado de limões, veja qualquer bom livro-texto de Microeconomia.

⁵³ Você poderá contra-argumentar que este tipo de prova não é um instrumento perfeito de avaliação, que a educação é muito complexa, etc. Contudo, não vivemos no mundo ideal onde não existem problemas e, lembrando do exemplo dos automóveis, também é possível dizer que não existem mecânicos perfeitos-que-nunca-falham-ou-não-aceitam-suborno-de-vendedores-de-carros-com-defeitos, certo?

comportar de forma absolutamente descuidada esquecendo até de trancar a porta do veículo.

Outro tipo de situação em que o problema de *risco moral* ocorre está no dia-a-dia do trabalho. Pense em todos os casos que vimos nestas lições, envolvendo desenhistas, roteiristas etc. É claro que vários deles podem atuar de maneira diferente do contratado. Pense, por exemplo, em um desenhista da Marvel Comics prometendo que trabalhou no seu máximo em casa e entregando três páginas de uma história para a editora.

Teria ele realmente se esforçado ao máximo? Ou estará apenas blefando, aproveitando-se da impossibilidade de ter seu esforço monitorado pela editora? Sim, você já deve ter notado que é importante que o produto do esforço possa ser mensurado mas, ainda assim, o problema é de difícil solução. Como destaca Kreps (2004), há três fatores importantes aqui⁵⁴: (1) as ações desejadas não são passíveis de especificação contratual porque existem problemas de mensuração, monitoramento ou de *enforcement*, (2) mesmo que tais ações sejam tomadas, existe a incerteza sobre as consequências e, (3) deixar que todas as consequências recaiam sobre a parte que age (na produção do resultado) não é desejável por conta dos benefícios econômicos de se compartilhar riscos entre as partes envolvidas.

A solução, na verdade, passa pela *compatibilização de incentivos* (o que também pode ser chamado de *desenho de mecanismo*). Há dois incentivos básicos. Primeiro, há a *restrição de participação*, que consiste, basicamente, em fazer sua proposta de trabalho mais atraente do que a da concorrência. Um exemplo é o de Sílvio Santos e o famoso Baú da Felicidade narrado em Silva (2017).

“Quando sinto que a pessoa tem as qualidades que exijo para trabalhar comigo, convido-a, pagando salários muito acima do normal, para que ela continue sempre dedicada à organização”. [Silva (2017), p.53]

O outro incentivo é a *restrição de incentivos* que busca fazer com que o contratado trabalhe nos níveis postulados pelo contratante⁵⁵. Você pode pensar, aqui, desde o estabelecimento de alguma meta de desempenho a diferentes tipos de contratos como, por exemplo contratos com pagamento por hora *versus* contratos com pagamento por peça produzida (a escolha por este ou aquele tipo de contrato tem consequências sobre o binômio qualidade-quantidade do bem ou serviço produzido, não?).

⁵⁴ Traduzo literalmente de Kreps (2004), p.450-1.

⁵⁵ O contratante é chamado de *principal* e o contratado de *agente*. Daí o termo *principal-agente* (ou o *problema do agente-principal*), cada vez mais comum no dia-a-dia.

Obviamente, na prática, a implementação destes dois incentivos leva em conta também fatores específicos dos empreendimentos analisados. Por exemplo, a padronização de personagens da Turma da Mônica, por exemplo, facilita a vida dos empregados de Maurício de Souza. Já o dono de um restaurante pode cobrar seu gerente, mas não pode ignorar dias chuvosos na hora de estabelecer as metas.

A Escolha Pública tem, aqui, um dos desafios mais importantes que é o de estudar o problema dos incentivos no setor público. Como já foi dito por aí, as regras de conduta no setor público brasileiro são tão detalhadas – seja porque há um desejo genuíno de se minimizar problemas de comportamentos corruptos, ou porque isto gera uma possível fonte de corrupção (ou mesmo de *status*) com a venda de *jeitinhos* – que terminam por desincentivar a inovação no setor público.

Em geral, a Escolha Pública é vista pelo público como uma agenda de pesquisa que apenas aponta falhas de governo. De certa forma, esta talvez seja mesmo sua principal função. Contudo, a ideia principal que motiva o estudo das falhas de governo é o aperfeiçoamento do governo em uma sociedade democrática⁵⁶.

Conceitos Vistos

Agente-Principal

Restrição de Incentivo

Restrição de Participação

Risco Moral

Seleção Adversa

Referências Bibliográficas da Aula 10

Figueiredo, Cláudio. *Entre sem bater – a vida de Apparício Torelly, o Barão de Itararé*. Casa da Palavra, 2012.

Kreps, David M. *Microeconomics for Managers*. W.W. Norton & Company, 2004.

Silva, Arlindo. *A Fantástica História de Silvio Santos*. Seoman, 2017.

Para reflexão

Você acha que a sugestão do Barão de Itararé funcionaria?

⁵⁶ Ora, se este aperfeiçoamento é a sua minimização, extinção, agigantamento ou, sei lá, seu cozimento em banho-maria, bem, eis a questão que divide uma pessoa esquizofrênica (diz a piada que um economista geralmente tem mais de uma opinião sobre o mesmíssimo assunto) ou um grupo de pessoas no diagrama de Nolan.